

“Quem resgatará Pagu?”: literatura, política e resistência nas obras de Patrícia Galvão

Juliane Ramalho Barbosa¹

“Seja um frequentador das ruas da liberdade quem deseja participar da luta pela liberdade”², esse era um dos motes que Patrícia Galvão repetia em suas crônicas no periódico *Vanguarda Socialista*. Isto revela que, sob sua ótica, quem deseja um mundo justo, precisa estar nessa luta. Desde 1930, acompanhava a efervescência dos movimentos e lutas sociais e seus estudos passaram a ter a causa proletária como tema central. É também nesse ano que se casa com Oswald de Andrade, e em 25 de setembro, nasce o filho do casal, Rudá Poronominare Galvão de Andrade. A escolha desse nome evidencia ainda mais o espírito antropofágico do casal, pois como explicou Garbero (2014),

Rudá é o nome do deus do amor e Poronominare é o nome indígena para um ser ao mesmo tempo cômico e malicioso, uma espécie de Macunaíma. Sobre Poronominare ainda é válido mencionar que se trata de um herói mitológico que vive na Bacia do Rio Negro, e que seria o primeiro ser humano criado, fundador das civilizações. (GARBERO, 2014, p.73)

No entanto, esse espírito antropofágico perde seu lugar de destaque na vida de Patrícia Galvão em detrimento da consciência política que culminaria no seu envolvimento com a causa comunista. Dois meses após o nascimento de Rudá, recebeu um convite para ir à Buenos Aires participar de um congresso de escritores. Patrícia tinha 20 anos e embora houvesse o “conceito de responsabilidade” e o “medo de que o filho viesse a sofrer” (GALVÃO, 2005, p. 65), decidiu embarcar para Argentina, sua primeira viagem internacional, deixando o bebê com o pai. Segundo a pesquisadora Tereza Freire (2008), “ela já pressentia que não seria uma mãe convencional. Que nada, nem mesmo a maternidade impediria que alçasse todos os voos que sua mente permitisse” (p. 57).

Cabe questionar, portanto, o que seria ser uma mãe convencional? Uma mulher que tendo parido seu filho passa a viver unicamente em função deste? Uma mulher sobrecarregada que não divide os cuidados do bebê com o pai, tomando para si todas as funções porque, afinal, faz parte de seu “instinto”? Se, inseridos numa sociedade patriarcal, todas as respostas para tais perguntas forem afirmativas, definitivamente, Patrícia Galvão não poderia ser uma

¹ Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² *Vanguarda Socialista*, ano I, n. 36, 3 de maio de 1946.

mãe convencional, uma vez que a maternidade não a inibiu, tampouco limitou sua ação política e literária.

A filósofa francesa, Simone de Beauvoir (1908 - 1986), publicou nos anos 1940 o livro *O Segundo Sexo* (1949), que se tornou uma bússola para os estudos feministas. Na obra, Beauvoir (2009) contestava o determinismo biológico do que por tantos séculos definiu o que é “ser mulher”. No contexto social do pós-guerra, a filósofa questionou o papel da maternidade defendido pela moral e os bons costumes, no qual o espaço social a ser ocupado pelas mulheres restringia-se ao destino de matinar. Deste modo, o espaço privado, do lar e da família, era o seu lugar devido. Logo, tinham que apoderar-se dele. Para a escritora, essa construção social em torno da maternidade originava a causa principal da dominação masculina sobre o sexo feminino. Frente a essa perspectiva, a mulher estaria sempre ausente do espaço público por estar ora gestando, ora parindo, ora amamentando, ora gerindo o asseio do lar e os cuidados com os filhos. E aquelas que não seguiam este roteiro, isto é, faziam escolhas diferentes, recebiam a alcunha de imorais.

A mulher está destinada à imoralidade porque a moral consiste para ela encarnar uma entidade inumana: a mulher forte, a mãe admirável, a mulher de bem e etc. Desde que pense, que sonhe, que deseje, que respire sem palavra de ordem, está traindo o ideal masculino (BEAUVOIR, 2009, p. 630).

De fato, na contramão dos discursos moralistas e normativos de sua época, e da crença que insistia na ideia do “instinto maternal” ou, na expressão de Elizabeth Badinter (1985), no “mito do materno”, é possível afirmar que, em Patrícia Galvão, o senso comum da maternidade como potencial de trazer completude à mulher não vingou, pois ela vivenciou, embora de forma tensa e assumindo os custos de tal ato, outras experiências além do espaço doméstico, deixando o filho recém-nascido com Oswald e indo viajar.

Nesse sentido, a filósofa e historiadora francesa Elizabeth Badinter, em seu livro *O amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), dissertou sobre suas convicções acerca do instinto materno, investigando como se deu a construção deste mito historicamente. Em suas considerações finais, Badinter chegou à resolução de que este instinto se trata de um mito porque é um sentimento como qualquer outro implícito à natureza humana. Sendo assim, não há uma conduta materna “universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações” (1985, p.365). Assim, a conduta de Patrícia Galvão exemplifica a teoria defendida por Badinter quanto à maternidade.

Conforme a professora Fernanda Garbero,

E, se à mulher-mãe – numa sociedade que se imagina estruturada na divisão *oikos-polis* – está destinado o cuidado com o lar e suas representações das demandas domésticas, é da subversão fronteiriça que Pagu entrega seu corpo feminino ao engajamento, rompendo não só com um potente arquivo mítico que define esses espaços, como também com a relação mãe-lar. Longe de seu filho, ela emerge no que seria uma de suas experiências mais radicais: a proletarização como tarefa do Partido (GARBERO, 2014, p. 73).

O caráter subversivo pontuado por GARBERO (2014) faz parte do mesmo gene que gestou a Pagu modernista. Por esta razão, Patrícia foi alvo de julgamentos e condenação social, recebendo o estigma de “mulher imoral”, de acordo com os parâmetros de BEAUVOIR (2009).

Na viagem à Buenos Aires, além de participar do congresso de escritores, pretendia encontrar Luís Carlos Prestes para entregar-lhe uma carta. Naquele momento, começou a inteirar-se mais sobre a agenda comunista. Apesar de não encontrar Prestes, conheceu Jorge Luís Borges, Eduardo Mallea, Victoria Ocampo e Norah Borges, a vanguarda literária e intelectual da Argentina, que naquele momento editavam a revista *Sur*³, considerada um marco no cenário literário da Argentina por revelar escritores como Júlio Cortázar. Porém, considerou-os similares à vanguarda brasileira, “enfadonhos”. Na carta-testemunho, declarou:

Aquelas assembleias literárias eram enfadonhas. O ambiente idêntico ao que eu conhecia cercado os intelectuais modernistas do Brasil. As mesmas polemizacinhas chocas, a mesma imposição da Inteligência, as mesmas comédias sexuais, o mesmo prefácio exibicionista para tudo. (GALVÃO, 2005, p. 72).

Não bastasse a decepção com os intelectuais argentinos, cujo revolucionarismo segundo ela, era “convencionado à depravação” e não passavam de “gente embolorada, cercada por estatutos de um conventículo convencionadamente exótico” (GALVÃO, 2005, p.73), foi também assediada pelo escritor Jorge Luís Borges. Patrícia descreveu este acontecimento da seguinte forma: “Borges quis se despir no meu quarto cinco minutos depois de me conhecer. Fazer lutinha comigo. Gente sórdida. Mas eu bem que vivia no meio deles” (GALVÃO, 2005, p. 72-73). Apesar do notório desdém, ela permanecia entre eles sem nenhum entusiasmo, aceitando aquelas presenças desagradáveis. Este episódio com o escritor argentino, como tantos outros já mencionados, atesta por si só o modo como os atributos físicos de Patrícia Galvão funcionavam de modo semelhante a um passe livre que permitia

³ Fundada por Victoria Ocampo (1890-1979) a fim de divulgar a produção da literatura sul-americana, tornou-se referência na cena literária da Argentina por mais de quatro décadas. Contava com a colaboração de escritores de prestígio da literatura mundial como, William Faulkner, Aldous Huxley, Paul Valéry, Bertold Brecht, Jean Paul Sartre, Albert Camus, Silvina Ocampo, Alejandra Pizarnik, dentre outros. Disponível em> <http://www.fundacion-sur.org.ar/revista-sur/>. Acesso em 01 de fev. de 2023.

acesso a grupos seletos de intelectuais. Depois, quase sempre em segundo plano, é que se demonstrava interesse pela sua literatura.

Muitos acreditavam que sua entrada no Partido Comunista Brasileiro havia se dado por intermédio dos intelectuais, porém, de acordo com sua carta-relatório, aconteceu exatamente o contrário. Apenas após o contato próximo com os proletários revolucionários que o desejo de participar daquela luta emergiu. Silo Meireles (1900 - 1957), militar e jornalista que, ao lado de Prestes, ajudou a fundar a Liga de Ação Revolucionária (LAR) na Argentina, foi um dos poucos intelectuais cujo diálogo sobre comunismo a interessou. O outro, mencionado por Patrícia Galvão em sua *Autobiografia precoce* (2005), foi o escritor e jornalista Astrojildo Pereira (1890-1965), um dos fundadores do PCB, que frequentava a casa de Patrícia e Oswald com certa regularidade. Na volta ao Brasil, ela trouxe na mala além de muitos livros marxistas, todo material disponível editado pelo Partido Comunista Argentino e inúmeros folhetos de propaganda que Silo havia lhe entregado. Toda essa bibliografia comunista foi lida e compartilhada com seu marido.

O retorno a São Paulo aconteceu devido ao telegrama que recebeu de Oswald avisando que o filho Rudá estava doente. A sensação descrita por Patrícia Galvão quanto ao retorno àquela vida doméstica era de inadequação, posto que confessou: “não me dedicava suficientemente ao meu filho, para que ele me bastasse. Não estava no meu lugar” (GALVÃO, 2005, p.73). Havia o medo de ter a liberdade tolhida novamente. Em contrapartida, buscava “na causa dos oprimidos a finalidade para sua vida” (GALVÃO, 2005, p. 74). Surge, então, a ideia de editar ao lado do cônjuge, o polêmico jornal *O Homem do Povo*. Munida da vontade de ser “honesta e corajosa” e de muito entusiasmo, atirou-se “um pouco cegamente” (2005, p.74) à escrita daquelas crônicas de cunho planfetério.

O crítico Augusto de Campos (2014) referiu-se ao jornal como “assumido pasquim ‘proletário’ – descendente engajado da *Revista de Antropofagia* (segunda dentição)” (2014, p.132). *O Homem do Povo* foi lançado em 27 de março de 1931, e encerrado em abril do mesmo ano. Desde um ponto de vista marxista, o casal - irreverente e transgressor - não poupou críticas ferinas à elite paulista. Pode-se observar isso no trecho a seguir, extraído do artigo “Na garupa do príncipe”⁴, assinado por Pagu.

Todo mundo sabe que essa coisa de alta classe está caindo de podre. E é canjinha a gente passar uma rasteira nesse restinho sífilítico. As grandes damas estão se esborrachando e no último estertor econômico se agarram a única tábua de salvação para não engraxar os sapatos das cozinheiras (GALVÃO apud CAMPOS, 2014, p. 137)

⁴ *O Homem do Povo*, nº4, 2 de abril de 1931.

É notório o tom ofensivo adotado por ela. A construção vocabular é repleta por informalidades e gírias da época, como “canjinha”, por exemplo, que denota facilidade. O vocábulo ‘sifilítico’ tem caráter pejorativo por ser um adjetivo relativo à infecção sexualmente transmissível, implicando uma promiscuidade da “alta classe”.

Oswald, por sua parte, faz comentários similares, também de modo depreciativo. Intitulou a Faculdade de Direito de São Paulo, por exemplo, como um “cancro que mina a existência e patrimônio do Estado de São Paulo” (ANDRADE apud CAMPOS, 2014, p. 145). Ainda que ‘cancro’ seja um substantivo masculino cuja definição pode ter sentido conotativo ou denotativo, a maioria de suas acepções é negativa. Dentre seus possíveis significados, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, ‘cancro’ em primeiro lugar, diz respeito a um câncer; em segundo, a uma doença sexualmente transmissível; em terceiro, a todo mal que destrói ou reduz a força de um organismo; e em quarto e último, o que agrava, destrói, mata, corrói rápida e progressivamente.

Seja lá qual desses foi o sentido empregado por Oswald ao mencionar a Faculdade de Direito, significou o estopim para uma revolta dos estudantes paulistas que foram até a redação do jornal a fim de depredá-lo e agredir o responsável por aquele texto. A confusão foi tamanha que a polícia precisou intervir. Os editores, Pagu e Oswald foram detidos e o jornal proibido de circular. Seleccionamos algumas manchetes sobre o ocorrido a fim de demonstrar a dimensão deste episódio.

FOLHA DA NOITE, SÃO PAULO, Nº3.136,
QUINTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1931, P.8 (ÚLTIMA PÁGINA):
**UM JUSTO REVIDE DOS ESTUDANTES DE DIREITO
AOS INSULTOS DE UM ANTROPÓFAGO**

Oswald de Andrade, que classificou a Faculdade de Direito como sendo um “cancro” que mina o nosso Estado, foi agredido e quase linchado em plena Praça da Sé.

[...] Houve luta e violenta. Oswald de Andrade e sua esposa Patrícia Thiers, de vinte anos de idade, reagiram, recuando, em companhia dos guardas-civis até a Central de Polícia. (CAMPOS, 2014, p. 145)

A GAZETA, SÃO PAULO, Nº7548,
QUINTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1931, p.10:
NA PRAÇA DA SÉ

O diretor e a secretária do Homem do Povo foram agredidos

(...) Um grupo de moços, indignado, foi à redação desse matutino e ali, após ligeira troca de palavras, agrediu e contundiu ligeiramente o sr. Oswald de Andrade, diretor do jornal e a secretária do mesmo, sra. Pagu. (CAMPOS, 2014, p.146)

Verificamos que a combinação Pagu + Oswald + Comunismo era um combo explosivo para aqueles leitores. As agressões não diminuíram de modo algum o cunho desdenhoso que ambos os escritores direcionavam àquela sociedade, que consideravam alienada quanto aos temas revolucionários. Cabe registrar que, observando as menções feitas à Pagu, excetuando-

se o *Diário de São Paulo* e o *Diário Nacional*, no conteúdo das outras notícias os jornais não a colocam como editora do periódico. Ora aparece como esposa, ora como apenas secretária.

Antes, porém, do fim do jornal, como a artista e escritora multifacetada que foi, Patrícia Galvão, conforme apresentado na introdução deste trabalho, exercia várias funções no periódico. Era a artista por trás das ilustrações, charges, vinhetas, títulos e legendas, algumas assinadas pelo pseudônimo Peste. Colaborava com artigos, sob os pseudônimos G. Léa, Irmã Paula e K. B. Luda. Criou a história em quadrinhos *Malakabeça, Fanika e Kabeluda*, na qual educava um casal sobre a teoria marxista através da sobrinha revolucionária.

Pretendemos apresentar apenas uma dessas tirinhas aqui porque, novamente, observamos mais um traço autobiográfico na produção de Patrícia Galvão. Vejamos, então, a representação de cada personagem. Malakabeça e Fanika são um casal que recebe a sobrinha Kabelluda para passar um tempo com eles. Ao passo que a sobrinha é uma jovem engajada e contestadora, a tia é uma mulher submissa e ciumenta. Provavelmente, só pela descrição, já sabemos qual delas representa Pagu. Vejamos:

“O vaticano proibiu aos pais e professores a explicação de assuntos íntimos que só compete ao sacerdote.

- Minha filha, o Papa disse que só o padre pode ministrar educação sexual às crianças.”

Sob a ótica de Pagu, Kabelluda questionará práticas abusivas da Igreja Católica, da burguesia e das mulheres que não exergam as operárias e analfabetas. Na tirinha acima, o ataque não é nada sutil, Pagu escancara uma crítica à repressão sexual fomentada pelo catolicismo, e ironiza, polemizando, a escolha do Papa para tais ensinamentos.

Além de tudo isso, assinava a coluna *A Mulher do Povo*, na qual emitia juízos severos sobre as feministas da época. No artigo “*Maltus Alem*”⁵ dirige-se diretamente à famosa anarquista e feminista da década de 1920, Maria Lacerda de Moura:

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semi-familiar dos cocktails modernos – temos a atrapaçar o movimento revolucionário do Brasil uma elitizinha de “João

⁵ O título do artigo parece ser uma brincadeira com o nome do personagem bíblico Matusalém e do economista britânico Thomas Malthus (1776-1834).

Pessoa” que sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas berram a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito ao voto pra “mulheres cultas”, achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo.

O batalhão do João Pessoa, do feminismo ideológico tem em D. Maria Lacerda de Moura um simples sargento reformista que precisa estender a sua visão para horizontes mais vastos afim de melhor atuar no próximo Congresso do Sexo (GALVÃO apud CAMPOS, 2014, p. 134).

Pagu não escondia o atrito que tinha com o feminismo pequeno-burguês por considerá-lo apenas uma ramificação do movimento inglês do início do século XX. Quando mencionou a “orientação do velho Maltus”, segundo FREIRE (2008), “o intuito era fazer críticas às teorias de Thomas Malthus, [...] que dizia que a solução para miséria estava na restrição dos programas assistenciais públicos [...] e na abstinência sexual das camadas menos favorecidas da sociedade” (p. 67). Enquanto a preocupação das feministas Natércia Silveira⁶ (1903-1993), Maria Lacerda de Moura⁷ (1887 - 1945) e Bertha Luz (1894-1976)⁸ tinha a ver com uma luta direcionada às “mulheres cultas”, Pagu importava-se mais com as mulheres pobres, pois no Brasil, as cultas eram minoria se comparadas às analfabetas. Por esta razão, “atrapalhavam o movimento revolucionário”. A colunista da *Mulher do Povo* considerava-as, portanto, alienadas por não atentarem para a realidade social brasileira. Conforme RAGO (2000), “[...] a emancipação da mulher poderia ser resolvida por intermédio da revolução social mais ampla que daria origem a um mundo fundado na igualdade, justiça e na liberdade” (p.578).

As alunas da Escola Normal também não foram poupadas. Na última edição do jornal, lançando mão de um tom repreensivo no artigo *Normalinhas*, aconselhou:

Se vocês, em vez dos livros deturpados que leem, e dos beijos sifilíticos de meninotes desclassificados, voltassem um pouco os olhos para avalanche revolucionária que se forma em todo mundo e estudassem, mas estudassem de fato, para compreender o que se passa no momento, poderiam, com uma convicção de verdadeiras proletárias, que não querem ser, passar uma rasteira nas velharias enferrujadas e resistem a ficar na frente de uma mentalidade atual como autênticas pioneiras do tempo novo. (GALVÃO apud CAMPOS, 2014, p.141)

⁶ Foi a primeira mulher advogada o Rio Grande do Sul, fundou A União Universitária Feminina no Rio de Janeiro, que reunia as mulheres com Ensino Superior a fim de defender os direitos femininos. Em 1931, fundou e liderou a Aliança Nacional da Mulher, associação que contava com aconselhamento jurídico voluntário e contava também com um departamento eleitoral, realizando um alistamento de mulheres que tinham interesse em votar.

⁷ Precursora do que se denomina, hoje em dia, como anarcofeminismo. Foi criadora e editora da revista *Renascença* (1923), que contava com colaboração de anarquistas, feministas e comunistas brasileiros e estrangeiros. Escreveu mais de vinte livros e muitos deles tiveram reedições revisadas pela autora tanto em português quanto em espanhol. Liderou muitas campanhas a favor do sufrágio feminino.

⁸ Fundou em 1919, juntamente com Maria Lacerda de Moura a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher que gerou, posteriormente, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922.

Em seguida, concluiu com uma provocação: “Vocês também não querem que nem os seus coleguinhas do Direito, trocar bofetões comigo?” (GALVÃO apud CAMPOS, 2014, p. 141).

Tendo em vista o caráter autobiográfico inerente aos escritos de Patrícia Galvão, percebemos aqui como Pagu demonstra sentir-se nos anos 30 – “pioneira do tempo novo”, uma jovem que “passa uma rasteira” nas mulheres mais velhas, as burguesas cultas. Ao dirigir-se às normalistas parece estar a par tanto da rotina quanto dos pensamentos daquele grupo de jovens do qual a própria Pagu havia participado anteriormente, quando estudava na Escola Normal. Através da escolha vocabular, especialmente dos adjetivos, observamos o caráter irônico e provocador de Pagu. É contraditório pensar que existe uma paixão avassaladora pela causa proletária na mesma medida em que há um desprezo pungente pela elite paulista, da qual ela mesma fez parte por um período. As críticas que tecia àquelas mulheres são repletas de detalhes porque Pagu as conhecia em suas intimidades, enquanto participava dos eventos realizados por Tarsila e Oswald.

Por último, transcrevemos abaixo trechos da última notícia publicada em 1931 sobre o segundo quiproquó envolvendo os editores do jornal *O Homem do Povo*, os estudantes injuriados com a difamação e os populares curiosos.

DIÁRIO NACIONAL, SÃO PAULO, ANO IV, Nº1.153,
TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1931, P.8 (ÚLTIMA PÁGINA):
UM PASQUIM VAIADO PELOS ESTUDANTES

Oswald de Andrade e sua companheira deram motivo a um novo conflito

[...] Com as providências tomadas pela polícia constou que o periódico que finge fazer propaganda das ideias de Moscou não mais voltaria a circular.

Assim não aconteceu. E no número que ontem circulou, novos insultos foram atirados aos estudantes, ao mesmo tempo que Pagu assinava um artigo ofensivo às alunas da Escola Normal.

[...]

DOIS TIROS

Os soldados procuravam conter a multidão, quando de súbito apareceu à porta do prédio, Pagu, a companheira de Oswald. Vendo-se protegida pela força, quis virar valente e procurou agredir com as unhas os manifestantes, enquanto Oswald, que a acompanhava, desferia pontapés contra alguns populares.

Nesse momento, foram ouvidos dois tiros. Os que se encontravam próximos afirmam que Pagu foi a autora dos disparos, mas o revólver não foi encontrado e ela nega que tivesse atirado contra alguém.

[...]

ESTÁ SUSPENSO O PASQUIM

Atendendo a motivos de tranquilidade pública, o 1º delegado auxiliar determinou seja suspensa definitivamente a publicação do insolente papelucho.

(CAMPOS, 2014, p. 150-151)

À guisa de conclusão, com esse acontecido no jornal, o nome Pagu já começa a circular nos periódicos da época de modo negativo, atribuindo um caráter valente e violento ao seu comportamento. Isso mesmo antes de ela entrar definitivamente par o partido. Assim, a

posteriori, a imagem de Pagu será atrelada à de uma inimiga da “tranquilidade pública”. A seção *A Mulher do Povo* parece funcionar como um ensaio para o que - dois anos depois - se tornaria o romance *Parque Industrial*, pois o ímpeto panfletário e o caráter de denúncia da burguesia pareciam estar à flor da pele de Patrícia Galvão.

Para fugir do clima de perseguição e ameaças, o casal viaja para Montevideu. Encontram-se lá com Luís Carlos Prestes e com ele passam três dias e três noites conversando “num cafezinho”. Sobre esses dias, Patrícia descreveu: “E fiquei conhecendo a grandiosidade de uma coisa até então desconhecida para mim – o espírito de sacrifício. Prestes mostrou-me concretamente a abnegação [...], fez-me ciente da verdade revolucionária [...]” (GALVÃO, 2005, p. 75). Fica evidente, de acordo com seus relatos, que tiveram uma excelente impressão do “Cavaleiro da Esperança”. Segundo ela, isso “em parte, [a] jogou na luta política” (p. 75).

O início da trajetória como militante do PCB aconteceu no final de 1931. Após receber o convite para participar do que seria a sua primeira reunião comunista, em Santos, organizada pelo Sindicato da Construção Civil, dirigiu-se quase que instantaneamente à devoção. O convite veio do trabalhador Villar: “Você precisa trabalhar com a gente, no partido” (2005, p. 79). Após ajuda-lo na redação de um manifesto, a caminho da reunião, alguns sentimentos a tomaram de assalto:

Admirei diversos tipos de dores. Mas faltava-me o elemento vital. E chegou-me inesperadamente.
[...]
Senti valorizada minha estada no mundo. De tudo que eu sentia antes, ficou o doloroso da revolta, o necessário auxiliar estimulante da luta futura. A emoção e o meu grande amor pelos desgraçados (GALVÃO, 2005, p. 79 - 80)

É pertinente dizer que, neste primeiro momento, existe um enaltecimento quase que romântico da organização comunista por parte de Pagu. A incompletude da qual se queixara por tanto tempo, havia encontrado – finalmente – uma razão válida para preenchê-la. Na carta-testemunho enviada a Geraldo Ferraz, ela confessou que chegou à reunião “confusa e emocionada”, pois “a alegria da vida nova circulava em seu corpo” e ela “era imensa” (GALVÃO, 2005, p. 81). Como citado anteriormente, a filiação ao PCB veio mais do contato com os trabalhadores que com os intelectuais:

Que diferença da explicação intelectual de Prestes que me exaltara sem convencer, provocando uma curiosidade ilimitada e sem satisfação. Herculano conseguiu chegar ao fundo de mim mesma. Bastava ouvir. A minha promessa partiu com a voz estranha de outra pessoa. “Sim, companheiro. Eu lutarei com vocês” (GALVÃO, 2005, p. 80- 81).

A importância da menção de tantos fatos biográficos, entrelaçando constantemente vida-obra, relaciona-se ao *pacto autobiográfico* que Patrícia Galvão estabeleceu com seus leitores. Em vários trechos de *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), ela delata o Partido Comunista Brasileiro e descreve com detalhes as missões, submissões e prisões sob as quais foi subjugada. A despeito de tratar-se de uma correspondência privada como ela própria pontuou: “Não estou escrevendo essa autobiografia para ser publicada ou aproveitada. Isto é para você ter um pouco mais de mim mesma” (GALVÃO, 2005, p. 100), essa “carta-relatório”⁹ expõe uma Pagu mais complexa e profunda do que àquela difundida até então.

A *autobiografia* é conceituada por Philippe Lejeune como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). E o conceito de *pacto autobiográfico* gira em torno do atestado de veracidade da narrativa que reside no fato do autor ser ao mesmo tempo narrador e personagem, conforme sua teorização o *pacto* nada mais é que a “afirmação no texto, dessa identidade (autor – narrador – personagem), remetendo em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro.” (LEJEUNE, 2008, p. 26).

Assim, a partir de uma escrita de gênero autorreferencial, a autora empenha-se em contrastar determinadas representações construídas e disseminadas por outros, não desejava que tais juízos se impusessem por considerá-los simplificadores. Patrícia em sua autobiografia corrigiu certas identidades discordantes como as de “musa”, “mulher rebelde”, “subversiva”, “perigosa”, “degenerada sexual”, “sedutora”, que eram algumas das representações recorrentes em documentos do PCB. Em contrapartida, ela as refutou todas, definindo-se como a “revolucionária comunista sincera” capaz de todos os tipos de sacrifícios, até mesmo o de mãe em prol de projeto político que visasse à libertação da coletividade explorada.

⁹ No início da carta, Patrícia Galvão a chama de relatório. “Meu Geraldo, [...] talvez eu não devesse começar meu relatório hoje” (GALVÃO, 2005, p. 51).

No livro *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea* (2010), a pesquisadora Leonor Arfuch constrói a noção de *espaço autobiográfico* a fim de dar conta de atender a demanda de um terreno em que as formas discursivo-genéricas clássicas começam a se entrecruzar e hibridizar, do sujeito descentralizado, colocando em questão noções como o “*pacto biográfico entre leitor e autor*” de Lejeune (2008), na medida em que o sujeito hoje está fragmentado, no momento que o autor escreve sobre sua experiência ele passa a ser outro sujeito¹⁰, o que reflete sobre e não mais o que viveu. Parece-nos que isso é justamente o que acontece na *Autobiografia precoce*, pois Patrícia apresenta um texto que permeia tanto a esfera pública quanto a privada, há relatos individuais e coletivos. Para Arfuch o *espaço biográfico* pode ser considerado

expressão produtiva enquanto horizonte analítico para dar conta da multiplicidade, lugar de confluência e circulação de semelhanças de família, proximidades e diferenças, (2010, p. 22).

“o biográfico se define justamente como um espaço *intermediário*, às vezes como mediação entre público e privado; outras, como indecibilidade. (2010, p. 28)

É justamente esse aspecto que desejamos explorar, à medida que participamos, juntamente com Geraldo Ferraz, da leitura da *autobiografia precoce*, firmamos esse *pacto autobiográfico* com Patrícia Galvão, que vai além, e se torna um pacto *autobiográfico*, à medida que a observamos “deglutir a própria vida” (GALVÃO, 2005, p. 51). Quando próximos dessa Patrícia que escreve da prisão nos anos 1940, refletindo sobre a Pagu dos anos 1930, é possível dimensionar todo o contexto da produção de sua literatura, em especial, do romance *Parque Industrial*.

Talvez possamos chamar de ingênuo o modo como Pagu imaginava que a militância política pelo PCB viria a ser:

A entrada no partido comunista era um privilégio que assombrava minha insignificância. O convívio dos militantes, um dom que eu faria tudo por merecer. Preparei-me para ser recebida num ambiente de fortes e bons; de absolutamente honestos e valorosamente revoltados. Só poderia ser assim a vanguarda dos trabalhadores, a direção dos povos na revolução proletária. Devia ser linda a fraternidade reinante entre os participantes da luta ideal pela causa que todos compartiam.

¹⁰ “o leitor não pode deixar de considerar que o relato é retrospectivo, ou seja, narrado a partir de um deslocamento temporal: é como se o autor não fosse mais ele (aquele que viveu os fatos), mas outro eu (aquele que escreve sobre os fatos) e, por ser quem escreve, está constantemente editando, (re)construindo, ressignificando e redimensionando os acontecimentos vividos. Sobre essa importância da autorrepresentação em detrimento da “verdade” do ocorrido, a autora explica: [...] não é tanto o “conteúdo” do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, atitudes –, mas precisamente as estratégias – ficcionais – de autorrepresentação o que importa. Não tanto a “verdade” do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra; em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo ou de outro eu (ARFUCH, 2010, p. 73)

Fraternidade e espírito de sacrifício. Liberdade absoluta e convicção e, principalmente, pureza (GALVÃO, 2005, p. 81).

Em vários trechos de sua *autobiografia precoce* (2005), ela declara que sua vida particular não tinha nenhuma importância, pois vivia para sua luta.

Se o Partido precisasse de mim, deixaria de lado qualquer experiência, qualquer aspiração. Havia momentos em que me indignavam minhas tentativas de acomodação. A minha vida não estava ali em minha casa. Eu já não me pertencia. Deixaria ainda meu filho. Por que me prendia então a ele, se sabia que estava predestinada a deixá-lo? Sabia que se o Partido me chamasse, eu iria. Não tinha nenhuma dúvida. E quando o Partido me chamou, eu fui (GALVÃO, 2005, p. 114).

Posteriormente, depois de ter viajado à União Soviética e ter descoberto os horrores do comunismo, a esse período ela aludiu como “os dez anos eu abalaram os meus nervos e minhas inquietações, transformando-me nesta rocha vincada de golpes e de amarguras, destroçada e machucada, mas irredutível” (CAMPOS, 2014, p. 70).

Publica *Parque Industrial* (1933) levando o nome de Mara Lobo. Isso ocorreu porque Pagu era membra do partido comunista da época e, por o romance se tratar de uma crítica social retratando as difíceis condições do proletariado brasileiro, não lhe foi permitido que uma mulher de ideias tão inovadoras chamasse atenção: o Partido Comunista “considerara as ideias expressas no romance independentes demais para uma militante” (VALENTE, 1998, p. 28). Aqui já temos um motivo de seu primeiro apagamento: Pagu resolveu se engajar e atuar em um partido que não lhe permitiu destaque, deixando-a desaparecida e não identificada.

Pagu não saiu ilesa da fogueira na qual a lançaram, porque seu desejo maternal não figurava maior que outras aspirações e, por isso mesmo, é relida e pensada como uma visionária feminista de sua época. Ela, com sua existência e escolhas alertava que caberia, especialmente, às mulheres a alteração da realidade à qual eram submetidas e por esta razão não deveriam conformar-se com a mediocridade e conquistar tanto papéis quanto lugares mais ativos socialmente, que transcendessem a maternidade, o cuidado com o lar e o casamento. Além disso, questionou o lugar subalterno conferido à mulher à medida que propôs outras possibilidades de ação, defendendo que suas semelhantes tivessem um envolvimento maior com a política, no seu sentido

mais convencional: a partidária, tornando inapropriada e descabida a famigerada máxima de que “política não é assunto para mulheres”.

Sabemos que os custos das escolhas de Pagu não foram poucos e tampouco leves, ainda assim, a militância política foi seu projeto de vida, por conseguinte, entregou-se integralmente e com muita paixão ao projeto comunista cuja pauta propunha uma mobilização de indivíduos revolucionários em prol da libertação dos trabalhadores explorados pelo sistema capitalista: os proletários.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- CAMPOS, Augusto de. Pagu: vida-obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. DUARTE, Constância Lima. Os anos de 1930 e a literatura de autoria feminina. In: Literatura Brasileira – 1930. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- FERRAZ, Geraldo Galvão. Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Por uma crítica feminista. Porto Alegre, Zouk. 2020.
- FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. Pagu Patrícia Galvão: Livre na Imaginação, no espaço e no tempo. 5ª ed. Santos, SP: UNISANTA, 1999.
- FURLANI, Lúcia Maria Teixeira; FERRAZ, Geraldo Galvão. VIVA PAGU. Fotobiografia de Patrícia Galvão Ferraz. Santos: UNISANTA; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. GALVÃO, Patrícia (Mara Lobo). Parque Industrial. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006. GARALDI, José Luis. Revista Código nº2. Álbum de Pagu: nascimento, vida, paixão e morte. Salvador, 1975.
- LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. MOTA, Allana Bogado. Do estético ao político: inscrições feministas na produção de Patrícia Galvão e Tarsila do Amaral. Dissertação de mestrado. UERJ, 2020.